



Mais Rio, mais Brasil

Novembro – 2019

Necessidades de investimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A cidade e o estado do Rio de Janeiro apresentam, desde a sua constituição, fundamental importância para articulação política e desenvolvimento econômico do Brasil. A cidade do Rio foi a capital do país desde a época colonial, passando pelo período do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1808-1822), do Império (1822-1889) e da República, até 1960. Em 1º de outubro de 1957, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 3.273, agendando para 21 de abril de 1960 a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Assim, a perda da condição de capital, que perdurou durante séculos, passou a ser iminente, sem que houvesse nenhuma contrapartida para esse processo.

Ao longo da história, realocações de capitais, em um determinado Estado, são fatos comuns. É preciso considerar, contudo, a importância de medidas de compensação pela brusca mudança na dinâmica econômica que acompanham tal medida. Em exemplo recente, a reunificação da Alemanha, em 1990, foi acompanhada da mudança da capital da Alemanha Ocidental, Bonn, para Berlin - oficializada em 1991. Mesmo sendo sede do governo por apenas 41 anos (1949-1990), Bonn foi beneficiada com um acordo que lhe concedeu, entre outros benefícios, 1,5 bilhão de euros no período entre 1995 e 2004.

Quando olhamos para o Estado do Rio de Janeiro, segundo estado mais rico do país, observamos um quadro onde as desigualdades de renda são extremas. O índice de Gini, que mensura as desigualdades de renda das populações, aponta o estado como sexto mais desigual do país, atrás apenas do Distrito Federal, Paraíba, Maranhão, Piauí e Tocantins. Essas desigualdades extrapolam o cenário econômico e se evidenciam quando analisamos os dados sociais municipais.

Esse quadro é ainda mais severo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que se desenvolveu no entorno da capital fluminense. A RMRJ é atualmente composta por 22 municípiosⁱ, onde moram 13,1 milhões de pessoas em uma área de

7.533 km². Uma região densamente povoada, que concentra 76% da população e 77% do PIB fluminense. Sua importância, entretanto, não tem reflexo na oferta de qualidade de vida de sua população. São graves as deficiências em setores-chave para o bem-estar, como saneamento, educação, habitação, mobilidade urbana e segurança pública. Para superar as limitações que a região metropolitana impõe ao desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, listamos abaixo uma série de investimentos prioritários nesses setores.

Saneamento Básico

O saneamento básico, como o nome já diz, é condição primária para o desenvolvimento de qualquer sociedade, com impactos positivos à qualidade de vida, saúde, preservação do meio ambiente e atividades produtivas. Diversas doenças estão relacionadas ao saneamento inadequado, como verminoses, infecções bacterianas e viroses. De fato, estima-se que para cada R\$ 1 investido em saneamento há R\$ 2,50 em retornos para a sociedadeⁱⁱ.

Contudo, a situação no Brasil é de precariedade quanto à qualidade e cobertura dos serviços, principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ): em 2017, 863 mil pessoas não tinham acesso a abastecimento de água (7% da população) e 3,9 milhões não tinham acesso a coleta de esgoto (32% da população). Quanto ao tratamento de esgoto, a situação era ainda pior do que a nacional: 64% do esgoto produzido não eram tratados (contra 52% no Brasil)ⁱⁱⁱ.

Para a universalização do Saneamento Básico na RMRJ, nos moldes do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)^{iv}, estima-se necessidade de R\$ 15,1 bilhões em investimentos.

Mobilidade Urbana

As condições de deslocamento de pessoas e cargas estão diretamente ligadas à qualidade de vida, produtividade, sustentabilidade ambiental e custo do frete, com impactos no desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, porém, o crescimento desordenado das cidades causou a má distribuição de funções urbanas (como oferta de empregos, educação, lazer e saúde), obrigando boa parte da população a fazer extensos deslocamentos para realizar suas atividades. Agravam o problema das carências na infraestrutura de transporte. Nesse contexto, mais de 17 milhões de brasileiros sofrem com tempo excessivo nos deslocamentos casa-trabalho-casa, ocasionando ao país um custo de R\$ 111 bilhões (4,4% do PIB)^v.

Entre as 37 principais áreas metropolitanas do Brasil, o Rio de Janeiro registrou o maior tempo de deslocamento: 2,8 milhões de trabalhadores levaram em média 2h21min nesses trajetos. O impacto à economia na RMRJ também foi o maior do país: 5,9% do PIB metropolitano.

Para superar esse quadro, além da distribuição das funções urbanas, são fundamentais investimentos em infraestruturas de transporte, melhorando as condições de deslocamento. Nesse sentido, estima-se necessidade de investimentos da ordem de R\$ 11,4 bilhões para implantar projetos estratégicos para a mobilidade metropolitana, como a construção da Linha 3 do Metrô (Niterói-São Gonçalo), a extensão da Linha 2 (Estácio-Praça XV), a conclusão da estação Gávea e as extensões rodoviárias da Linha Vermelha e Via Light.

Educação Infantil

Base para o desenvolvimento socioeconômico, educação é fundamental para a formação da sociedade, capacitação profissional e produtividade. Contudo, a qualidade educacional brasileira ainda precisa avançar.

Nesse cenário, a melhoria da infraestrutura do setor educacional no país deve ser prioridade. Entre as possibilidades de investimentos, a Educação Infantil (composta por creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos) desponta como estratégica, em função da falta de vagas e do potencial de retorno à sociedade. Crianças até cinco anos de idade estão em fase crucial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, essenciais para o aprendizado. Estima-

se que o retorno sobre o investimento na Educação Infantil seja de R\$ 7 para cada real investido^{vi}.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a falta de infraestrutura educacional revela um quadro alarmante. Alguns municípios contam com menos de 60% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola, como: São Gonçalo (55,6%) e Belford Roxo (56,2%). Outros contam com cobertura inferior a 10% de crianças matriculadas em creches: Nova Iguaçu (5,7%), Belford Roxo (6,9%), Japeri (7,3%) e Queimados (8,7%). Nesse cenário, adotando-se como referência as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE)^{vii} (50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 100% das crianças de 4 a 5 na pré-escola até 2024), estima-se necessidade de criação de 213 mil vagas (147 mil vagas em creches e 66 mil na pré-escola), totalizando investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Habitação

O setor é determinante para a atividade econômica, geração de empregos e para a qualidade de vida da população, sendo um direito social presente na Constituição Federal (artigo 6º). A demanda por novas moradias é latente^{viii}, em especial para a população de baixa renda, que sofre com habitações precárias, com o adensamento excessivo e coabitação.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro existe um déficit de 114 mil habitações^{ix}. O volume de investimentos necessário para atender a essa demanda, tomando-se como base o teto da Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida, é da ordem de R\$ 10,9 bilhões.

Segurança Pública

A segurança pública, além de ter grande impacto no bem estar social, tem papel central no desenvolvimento de qualquer localidade. Regiões mais seguras apresentam maior capacidade de atrair e manter investimentos e gerar empregos e renda. O tema está entre os mais demandados pela população: 7 em cada 10 fluminenses dão prioridade à segurança na alocação do orçamento público^x.

Neste tema, a melhoria do sistema prisional do país deve ser prioridade. O Sistema Prisional consiste em etapa importante do sistema judiciário, fundamental para a segurança pública. Conforme apontado pela Lei de Execução Penal^{xi} e por projetos de reinserção social, a reintegração de infratores é capaz de prevenir novos delitos, contribuindo para um ambiente mais seguro.

Em 2017, a taxa de ocupação, baseada na capacidade dos sistemas prisionais brasileiros, era de 172%^{xii}. O estado do Rio de Janeiro tem cenário ainda pior, com mais de 50 mil presos e taxa de ocupação de 179%. Para ilustrar a situação carcerária fluminense, podem-se imaginar nove pessoas dentro de um carro.

É primordial aumentar a oferta de vagas no sistema penitenciário. Para sanar o déficit, o Plano Diretor da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ) 2015-2018 prevê a implantação de complexos penitenciários na capital e no interior. Estima-se necessidade de R\$ 1,2 bilhão em investimentos na Região Metropolitana, a partir da implantação de quatro novas unidades prisionais, com capacidade para 3.500 detentos cada.

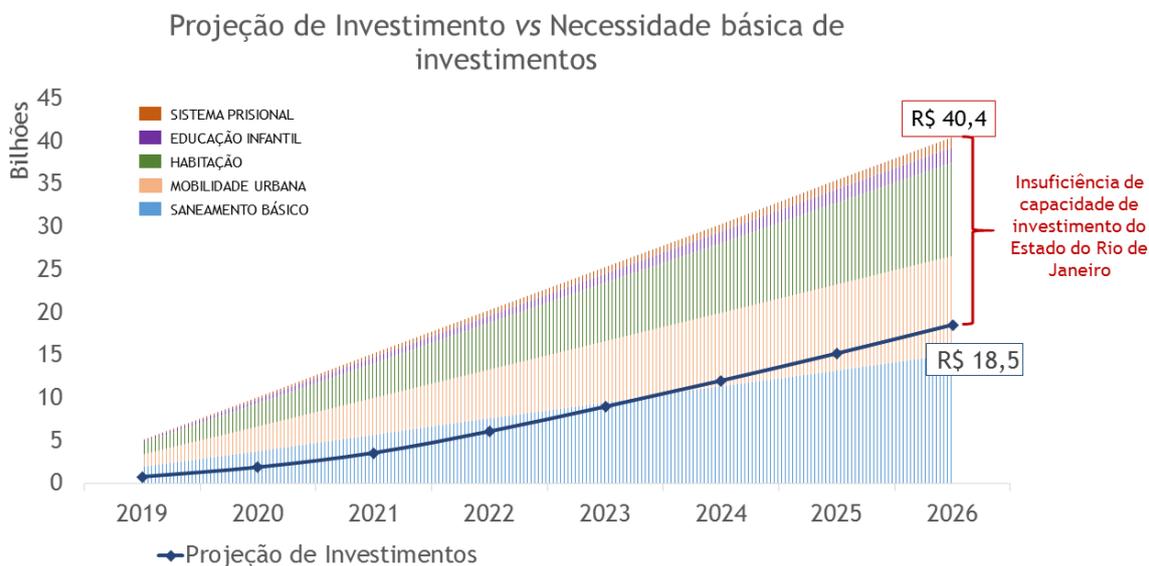
Projeção de Investimentos

Somadas as necessidades de investimentos desses cinco setores, estima-se que sejam necessários R\$ 40,4 bilhões para que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro sane seus déficits sociais e retome a rota do desenvolvimento econômico.

Apesar dessa necessidade, avalia-se que, diante do cumprimento das medidas do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o volume total de investimentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro alcance apenas R\$ 6,0 bilhões nos próximos quatro anos (2019-2022).

Desse modo, ainda que se estenda a projeção até 2026, alocando-o exclusivamente na RMRJ, o volume de recursos disponíveis chegaria apenas a R\$ 18,5 bilhões, cifra bem inferior à demanda de investimentos - gráfico 1. Assim, é fundamental que o Governo Federal aporte recursos, através de investimento direto, na RMRJ, para que sua população disponha de serviços adequados para a qualidade de vida.

Gráfico 1 - Projeção de investimentos do estado do Rio de Janeiro vs. necessidade básica de investimentos na RMRJ (valor acumulado)



Outro ponto de atenção, não menos importante, sobre a capacidade de arrecadação do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), refere-se à perda de ICMS ocasionada pela mudança da cobrança de origem para o destino, para o petróleo e seus produtos. Vale ressaltar que essa mudança foi compensada pela arrecadação de participações governamentais na produção. No entanto, a compensação é instável, dada a cotação internacional do barril de petróleo. No período entre 2012 e 2018, por exemplo, essa compensação foi insuficiente, tendo o ERJ perdido com arrecadação de ICMS R\$ 57,6 bilhões e recebido de participações R\$ 54,4 bilhões. Embora a base de cálculo das participações governamentais seja maior, pois considera toda a produção, não foi o suficiente para compensar a redução da cotação internacional do barril do petróleo. Fator esse que deixa a arrecadação do estado muito instável e dependente de fatores externos.

Diante do exposto, reforça-se a necessidade de compensação ao estado do Rio de Janeiro, pelo fato de ter perdido a capital do país, sem ao menos ter para si um plano de desenvolvimento que gradualmente incorporasse as recomposições necessárias. É impossível analisar a crise financeira que atinge o estado sem considerar todo seu passado histórico, considerando as disparidades regionais que

são reflexo da perda da condição de capital do país, e do processo de fusão do Estado da Guanabara.

Anexo 1 - Quadro resumo dos investimentos necessários para atendimento às demandas sociais.

Demanda Social	Metas (exemplos)	Investimentos necessários em R\$ (bilhões)
Saneamento Básico	Universalização do saneamento na RMRJ	15,1
Mobilidade Urbana	Metrô linhas 2 e 3, estação Gávea e extensões da Linha Vermelha e Via Light	11,4
Educação Infantil	213 mil vagas (147mil em creches e 66 mil em pré-escola)	1,8
Habitação	114 mil habitações	10,9
Segurança Pública	14 mil vagas em 4 novas unidades	1,2
	Total	40,4
	Investimentos próprios ERJ*	18,5
	Investimentos Federais necessários**	22,0

* horizonte 2019 - 2026

** aproximadamente

ⁱ Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

ⁱⁱ Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI).

ⁱⁱⁱ Fonte: Elaboração Firjan, com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

^{iv} 100% da população com acesso a abastecimento de água e 96% com acesso a coleta e tratamento de esgoto até 2033.

^v Fonte: Firjan - O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil.

^{vi} Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia - James J. Heckman.

^{vii} Metas para educação infantil: Metas: 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 100% das crianças de 4 a 5 na pré-escola.

^{viii} Fonte: Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC.

^{ix} Fonte: Fundação João Pinheiro.

^x Fonte: Pesquisa Orçamento - Firjan/Ibope - Junho/2018.

^{xi} Segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), os principais objetivos da execução penal são punir o infrator e promover a sua reintegração social.

^{xii} Segundo dados do INFOPEN, junho de 2017 (último ano disponível).